



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121452 - MG (2019/0360408-0)

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**RECORRENTE** : SERGIO AUGUSTO RODRIGUES  
**ADVOGADO** : ANDRÉ MYSSIOR - MG091357  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**CORRÉU** : VLADIMIR CARVALHO BERNARDES

### DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto por SÉRGIO AUGUSTO RODRIGUES contra acórdão da Sexta Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (HC n. 1.0000.19.127656-7/000).

Extraí-se dos autos que o recorrente foi preso preventivamente, acusado da suposta prática dos delitos tipificados nos arts. 288 e 317, § 1º, do Código Penal, e art. 58 da Lei de Contravenções Penais (jogo do bicho).

Buscando a revogação da custódia, a defesa impetrou a ordem originária, que foi denegada pelo Tribunal *a quo*, em acórdão assim ementado (e-STJ fls. 477/498):

*EMENTA: HABEAS CORPUS - ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA, CORRUPÇÃO PASSIVA E ART. 58 DO DECRETO-LEI 3.688/41 - PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA E PEDIDO DE REVOGAÇÃO DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR INDEFERIDO - DECISÕES FUNDAMENTADAS - PROVA DA MATERIALIDADE E INDÍCIOS SUFICIENTES DA AUTORIA DELITIVA - PRESENÇA DOS PRESSUPOSTOS DO ART. 312 DO CPP - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA-APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO - INADEQUAÇÃO - PEDIDO DE EXTENSÃO DO BENEFÍCIO DA LIBERDADE PROVISÓRIA CONCEDIDO AOS CORRÉUS - NÃO CABIMENTO - PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA E PRISÃO PROCESSUAL - COMPATIBILIDADE - CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS - INSUFICIÊNCIA - AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM DENEGADA. 1. A decisão que decretou a prisão preventiva do Paciente e a que indeferiu o pedido de revogação da segregação cautelar encontram-se devidamente fundamentadas, ancorando-se nos ditames do art. 93, inc. IX, da Constituição Federal e dos arts. 310, caput, e inc. II, 312 e 313, todos do Código de Processo Penal. 2. A presença nos autos de prova da materialidade e indícios suficientes da autoria dos delitos imputados ao Paciente aponta para a necessidade da manutenção da custódia cautelar, especialmente para garantir a ordem pública, nos termos do estatuído no art. 312 do Código de Processo Penal. 3. A prisão preventiva se justifica pela presença dos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal, além da aplicação do art. 313, inc. I, do mesmo Diploma Legal, já que o delito de corrupção passiva é doloso e punido com pena de reclusão máxima superior a quatro (04) anos. 4. As medidas cautelares diversas da prisão preventiva revelam-se inadequadas e insuficientes para resguardar a ordem pública, em face das circunstâncias do caso e da gravidade dos crimes de associação criminosa e corrupção passiva. 5. A pleiteada 'extensão do benefício' exigiria análise de circunstâncias subjetivas, inviável pela via*

*estreita do Habeas Corpus, que, como se sabe, é o antídoto invocado contra constrangimento ilegal evidente, claro, indisfarçável e que, de pronto, se revela à apreciação do julgador. 6. A prisão processual não é incompatível com a presunção de inocência e nem impõe ao Paciente uma pena antecipada, porque não deriva do reconhecimento da culpabilidade, mas, sim, de sua periculosidade, seja para a garantia da ordem pública, seja para a futura aplicação da lei penal, razão pela qual não há de se cogitar em violação do mencionado princípio constitucional. 7. A existência de condições pessoais favoráveis, por si só, não é suficiente para autorizar a concessão da liberdade provisória, já que tais condições devem ser analisadas diante do contexto dos autos.*

No presente recurso, a defesa ressalta o caráter excepcional de custódia cautelar. Defende que o afastamento do recorrente do seu cargo de policial civil é suficiente para proteger a ordem pública e assegurar a aplicação da lei penal. Assim, sustenta que não estão presentes os requisitos autorizadores da custódia.

Requer, em liminar e no mérito, a revogação da prisão, mantendo-se apenas as medidas cautelares já aplicadas.

É o relatório. **Decido.**

Verifica-se que o presente recurso objetiva desconstituir decreto de prisão preventiva.

Ocorre que, consoante informações obtidas no endereço eletrônico do Tribunal de origem, foi concedida a liberdade provisória ao ora recorrente, com a expedição do alvará de soltura em 19/3/2020 (Ação Penal n. 0020772-60.2019.8.13.0525):

*EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ DE SOLTURA - PARTE: SÉRGIO  
AUGUSTO RODRIGUES 19/03/2020  
[...]  
CONCEDIDA A LIBERDADE PROVISÓRIA DE SÉRGIO AUGUSTO  
RODRIGUES JUIZ(A) TITULAR 25387 - PARTE: SÉRGIO AUGUSTO  
RODRIGUES 23/03/2020*

Nesse contexto, fica sem objeto a pretensão recursal.

Ante o exposto, com base no art. 34, incisos XI e XVIII, "a", do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, julgo **prejudicado** o presente **recurso ordinário**.

Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Reynaldo Soares da Fonseca  
Relator